



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1983

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Aníbal Khury, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (35); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadry, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Donato Gulín, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada (22), e em licença, Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 46/83

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 07 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTO PARANÁ, AMAPORÃ, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, DOURADINA, FÊNIX, FLÓRIDA, FRANCISCO ALVES, GUAIRACÁ, GUAPOREMA, INAJÁ, INDIANÓPOLIS, IVATUBA, LOANDA, MARILENA, MIRADOR, MIRASELVA, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA AURORA, NOVA LONDRINA, PARANACITY, PÉROLA, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA INÊS, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TUNEIRAS D'OESTE e XAMBRÊ, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão no Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

MENSAGEM 47/83

Curitiba, 14 de abril de 1983. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação número 07/83, celebrado em 02 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário e do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a Empresa de Porto do Brasil S/A — PORTOBRÁS, objetivando executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape, Estado de São Paulo e Paranaguá Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

MENSAGEM 48/83

Curitiba, 14 de abril de 1983. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro termo aditivo datado de 11 de março de 1983, ao Convênio celebrado em 18 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Transportes — GEITOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em Estudos e Pesquisas de Transportes no Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Dr. Léo de Almeida Neves, pela louvável iniciativa de haver, em ato solene, prestado homenagem ao vulto insigne de Getúlio Vargas, com a recondução de sua fotografia às paredes do Banco do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ex-Deputado Federal, ex-Chefe da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — CREAL do Banco do Brasil, cassado pelos que se assenhoraram do País para sufocar a incontestada liderança política, é com enorme satisfação que apreciamos hoje o retorno à vida pública de Léo de Almeida Neves, um dos políticos mais brilhantes e combativos que o Paraná já produziu.

Sem descurar das atribuições de sua alta investidura na Presidência do Banco do Estado, numa demonstração de sua lealdade aos princípios trabalhistas que sempre nortearam sua carreira política, prestou singela mas tocante homenagem ao vulto magnífico de Getúlio Vargas, ao recolocar, após tantos anos, a fotografia daquele ex-Presidente nas paredes de um órgão oficial do Estado.

Apraz-nos verificar que, finalmente neste País de memória tão curta, após tantos anos de ingratidão, se começa a fazer justiça ao maior Presidente que a Nação produziu e perdeu, prematuramente, também vítima de arbítrio e de interesses mal disfarçados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja oficiado ao Consulado da República Árabe da Síria, na pessoa do Cônsul Honorário, Sr. Nassib A. Abbage, comunicando-lhe que em sessão desta Casa ficou consignado em ata voto de regozijo pela passagem da Data Nacional daquele país, o que também é requerido neste ato.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Excelentíssimos Srs. Mário Andreazza e José Lopes de Oliveira, Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional de Habitação, respectivamente, apelo no sentido de que o aumento das prestações devidas ao sistema financeiro de habitação sejam reajustadas em percentuais que não ultrapassem aos índices de aumento concedidos pelo Governo Federal e Estadual, aos seus funcionários.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A inflação galopante que assola o País vem se refletindo de maneira sensível em todas as camadas da população e, muito especialmente, na classe dos funcionários públicos, vítimas de um achatamento salarial que se acentua através dos anos, por virem percebendo percentuais de aumento inferiores àqueles com que são aquinhoados os outros segmentos produtivos da Nação.

Se fizermos um levantamento dos mutuários inadimplentes junto ao sistema financeiro de habitação, veremos, sem qualquer sombra de dúvida, que é entre os integrantes desta prestigiosa classe que se encontram os maiores números de vítimas desta monstruosidade que se chama correção monetária e que tem se mostrado um dos fatores mais significativos de realimentação da espiral inflacionária e do rebaixamento do padrão de vida da classe média brasileira.

Se ao funcionário público é exigido o seu quinhão de sacrifício na luta pela manutenção do sistema financeiro inadequado, que está levando o País à bancarrota e ao caos, é importante que não se esqueça que são esses anônimos servidores, as peças indispensáveis para a movimentação da máquina admi-

nistrativa, não podendo jamais ser esquecidos e esmagados entre as suas engrenagens.

Pelos motivos expostos, julgamos justa e oportuna a medida que ora solicitamos, para a qual esperamos o indispensável apoio desta augusta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Ouro Verde a Anahy, Município de Corbélia, numa extensão de 12 km, partindo da BR-369.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O populoso Distrito de Anahy é berço da significativa produção agrícola, onde predomina o pequeno lavrador que enfrenta constantes dificuldades de locomoção e escoamento de suas safras.

Trata-se de uma antiga e por demais justa reivindicação do laborioso povo que reside naquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências os Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja dispensada a taxa de pedágio para ciclistas na utilização do Ferry Boat, na travessia entre Guaratuba e Caioibá.

Tal apelo se faz, visando desobrigar desta taxa os trabalhadores que se utilizam daquele meio de transporte e que pela natureza do seu trabalho necessitam deslocarem-se entre aqueles municípios do litoral de nosso Estado através do Ferry Boat.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que autorize estudos no sentido de passar para a jurisdição de Maringá o atendimento em ocorrências nos trechos rodoviários que ligam a Ponte Aparecida Bezerra Guedes, sobre o Rio Ivaí, a São João do Ivaí, e da mesma ponte a Barbosa Ferraz e Fênix.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente as vítimas de ocorrências rodoviárias no Município de São João do Ivaí, têm que recorrer ao posto localizado em Porto Ubá, na divisa com o Município de Faxinal, e as de Barbosa Ferraz e Fênix, são obrigadas a depender de Campo Mourão, muito mais distante.

Com a passagem da jurisdição dos mencionados trechos de estrada ao Distrito Rodoviário de Maringá pela maior proximidade do atendimento, estar-se-á atendendo uma velha e justa reivindicação dos habitantes daquela progressista região de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, uma moção de apoio e solidariedade aos Srs. Nelson Emílio Marques, Presidente da Associação Médica do Paraná, e Francisco X. Beduschi, Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, legítimos representantes da classe dos médicos do Paraná, que lutam por justas e melhores condições de trabalho, em especial perante a Previdência Social, e que neste dia 22 paralisam suas atividades em todo o Estado, como forma de protesto ao não atendimento de suas reivindicações, conforme justificativa que acompanha este requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Não é de hoje que os médicos paranaenses vêm lutando por melhores condições de trabalho e em especial no que toca ao setor previdenciário, já que consideram irrisórios os valores de serviços pagos pelo INAMPS. A partir do ano passado, mais ou menos nesta época, os médicos paranaenses tornaram esta luta mais efetiva quando realizaram, em conjunto com médicos de outros Estado, o Dia Nacional do Protesto, paralisando suas atividades neste dia.

Agora, no próximo dia 22, convocados pela Associação Médica do Paraná, paralelamente à greve, elas elaborarão um documento reivindicatório com base nas resoluções de uma Assembléia da A.M.P., realizada no último dia 22 de março, que será remetido às autoridades federais da área da saúde.

Achamos justas suas reivindicações. Senão vejamos:

a) melhores condições de trabalho, com o conseqüente estabelecimento de número digno de consultas por jornada de trabalho médico;

b) pela realização de concurso público para médicos a serem admitidos pelo INAMPS;

c) reajuste salarial de 200 por cento para os serviços prestados à Previdência;

d) manutenção da política do reajuste salarial com escala móvel de salários, corrigindo os mesmos através do índice inflacionário acumulado, sempre que o mesmo atingir 25 por cento;

e) pagamento em dia, dos atos médicos ambulatoriais e hospitalares;

f) reajuste inicial da Unidade de Serviço e da tabela de procedimentos profissionais do sistema AIH, em 300 por cento;

g) manter reajuste por escala móvel, sempre que o índice inflacionário acumulado atingir 25 por cento;

h) por um plano de carreira e cargos a nível estadual, municipal e federal, definindo uma carreira ascensional ao médico assalariado;

i) credenciamento universal; e,

j) contra as restrições aos internamentos.

É importante frisar que durante a greve do dia 22 de abril, o esquema de atendimento médico será o mesmo verificado no movimento do ano passado, isto é, os casos coletivos (que não demandam urgência) serão atendidos na próxima segunda-feira, ao passo que os demais serão apreciados por uma equipe que manterá plantão no pronto-socorro da Secretaria da Saúde.

Vale salientar que nenhum caso grave deixará de ser atendido, mesmo porque isso caracteriza omissão de socorro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER à Comissão Executiva desta Assembléia as seguintes informações:

a) relação de todos os funcionários do Poder Legislativo, com os respectivos vencimentos e lotações.

b) Relação de todos os adidos junto ao Poder Legislativo

constando a Repartição de origem e a respectiva lotação neste Poder.

c) Relação de todos os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, com os respectivos vencimentos e lotações.

d) Relação dos funcionários e respectivos pagamentos efetuados a título de Técnico-Científico no corrente ano.

e) Relação dos funcionários e servidores que estão dispensados do relógio-ponto.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado apelo aos Srs. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, no sentido de ser criado o Distrito Judiciário de São Silvestre, no Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Este Distrito de São Silvestre já existia no Código de Organização e Divisão Judiciária. Entretanto, pelo artigo 331, o mesmo foi extinto.

Ocorre, no entanto, que o povoado está em franco desenvolvimento, e dista 44 quilômetros da sede do Município de Cruzeiro do Oeste, e conseqüentemente seus habitantes ficam privados dos atos dos órgãos da Justiça Judiciária, o que vem causando sérios transtornos àquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente, e em cumprimento à Resolução número 23/69, o expediente de hoje será dedicado à Comemoração do Dia 21 de abril.

Nessas condições, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, que falará em nome da Bancada do Partido Democrático Social.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Estamos hoje, nesta Assembléia, comemorando o Dia de Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira.

Cultivar a história é o primeiro requisito para amar e respeitar a Pátria, e infelizes dos povos que não sabem honrar a memória dos seus maiores, que colocaram suas vidas a serviço da pátria, como aspiração suprema do homem.

Tiradentes soube legar aos seus pósteros, os ideais de liberdade. Por isso, é preciso que evoquemos sempre a sua figura e tenhamos presente o seu exemplo imperecível, pois, é colocando o nosso passado a serviço de um futuro digno que estaremos consolidando a construção de uma pátria de homens livres, onde as conquistas sociais não sejam quimeras, mas realidades tangíveis. E essa é a grande tarefa da nossa sociedade num mundo em rápida mudança, de crises sucessivas e grandes desafios.

Sinto-me honrado pela deferência dos Membros da banca do meu Partido, e pela delegação especial do eminente Líder do PDS e da Oposição nesta Casa, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, para homenagear Tiradentes, nesta oportunidade.

Homenagear Tiradentes é prestar um culto à liberdade. Tema que não é apenas nobre, mas igualmente amplo — quase que infinitamente; amplo, segundo os ensinamentos de Samuel Eliot Morison, o educador que se propôs a ensinar sobre liberdade, um assunto de interesse perene.

É o próprio Morison que adverte: “Em várias épocas, expôs-se a liberdade a grandes perigos, sendo a que vivemos,

um deles". E relata que foram os gregos os primeiros a dar-lhe um nome e os atenienses praticaram-na antes de mais ninguém. O discurso fúnebre de Péricles, proferido por Tucídidas, é a descrição clássica da relação entre a liberdade política e a vida digna. Pungente e significativa é a história ou fábula contada pelo menos por dois poetas gregos: Xerxes, vencedor das Termópilas, coloca uma capa púrpura sobre o corpo do seu inimigo vencido — Leônidas, por admiração ao seu valor. Este, do outro mundo, recusa-a; ele não quer favor dos persas. "Mas estás morto, Leônidas", diz o poeta, "e por que odeias os persas mesmo na morte?", Ao que responde Leônidas: "A paixão da liberdade não morre".

Ao analisar a liberdade no mundo contemporâneo, lembra o conferencista norte-americano que, no passado, consideravam-se determinadas formas de governo, tais como o despotismo benevolente, a monarquia constitucional e a democracia como garantias perfeitas de liberdade humana, mas lembra que a experiência provou a ilusão dessa esperança. A palavra liberdade é usada com muitas variações de significado. Emprega-se para indicar independência nacional, democracia ou governo representativo de um país, em contraposição às formas autocráticas ou oligárquicas, direitos individuais, ou a proteção do indivíduo contra qualquer governo democrático ou não.

A Declaração da Independência, documento que, provavelmente, terá contribuído para o desenvolvimento da liberdade humana — estabelece:

"Julgamos evidentes as seguintes verdades: todos os homens nasceram iguais e foram dotados, pelo Criador, de certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam os da vida, liberdade e conquista da felicidade. Os governos foram instituídos para assegurar estes direitos e os justos poderes dimanam do consentimento dos governados".

Temos aí, a teoria integral dos direitos naturais.

Eliot Morison, aprofundou-se no estudo da liberdade sobre os aspectos da política — a liberdade política — que considerou como a mais importante; da economia — a liberdade econômica — que se expôs como nenhuma outra ao desgaste da última metade do século; e a liberdade acadêmica, a mais jovem da família, que ainda luta por impor-se ao reconhecimento geral. A liberdade religiosa, embora vital, foi omitida, porque no momento, goza de relativa segurança nos países ocidentais.

A liberdade política, isto é, a liberdade no sentido simples e comum do termo, é o requisito primordial e a estrutura de todas as outras liberdades — religiosa, social, econômica, acadêmica, artística e musical. É um direito natural do homem. Veio do conceito do direito natural da Antigüidade, ou seja, da idéia segundo a qual há uma justiça e um direito abstratos a que se submetem até mesmo os deuses; da própria natureza, mãe de todas as coisas animadas e inanimadas, que ditou os princípios de dignidade humana e as linhas fundamentais do comportamento do homem.

A liberdade econômica, enfeixando o direito de não ter fome e o direito de não ter medo, coloca-se entre a liberdade política e a liberdade acadêmica. Morison diz que o grande debate dos nossos dias trava-se entre a liberdade econômica e o controle estatal e particular. Cada dia que passa, surgem novas e relevantes opiniões para demonstrar qual o melhor sistema, todas dentro de estreitos pontos de vista econômicos de produção, distribuição, salários, etc. Mas, o tema está de tal modo entremeadado de idéias sobre o significado de uma vida digna e dos valores correlatos da liberdade, da segurança e assim por diante, que nunca poderá ser devidamente esclarecido.

A liberdade econômica, tal como é compreendida comumente, significa, no campo internacional, comércio e intercâmbio monetário livres. No campo doméstico, quer dizer liberdade de escolher uma profissão ou ocupação, livre con-

nar-se, de lucrar tanto quanto for possível, de adquirir fortuna, de legar ou herdar essa mesma fortuna. A liberdade econômica significa iniciativa privada e mercado livre em oposição ao estatismo, socialismo ou economia dirigida.

A fim de evitar se desviem para um sistema social como o da Roma imperial, onde a população era engabelada com pão e circo, ou outro semelhante ao moderno totalitarismo, dêem nossas instituições políticas e econômicas ser complementadas pela religião. A livre iniciativa só funcionará numa sociedade que acredite em Deus e onde a grande maioria do povo respeita a integridade e a justiça, pratique a honestidade e a lealdade e tenha valores mais altos do que simplesmente a riqueza e o conforto.

E o que é a liberdade acadêmica?

Morison ensina que a liberdade acadêmica é um dos mais recentes integrantes das fileiras da liberdade. Não pode ser considerada como uma das imutáveis LEIS CELESTIAIS nem tampouco foi reconhecida, quer no mundo antigo, quer nas universidades medievais ou mesmo durante o século do iluminismo. Logicamente constitui importante aspecto da liberdade de palavra e de imprensa, sendo esta participante relativamente nova da família liberal.

A liberdade acadêmica foi definida como direito ou privilégio tríplice: de um professor ou pesquisador de universidade ou outra instituição de estudos superiores, buscar a verdade dentro do campo de ação escolhido; de interpretar suas descobertas e transmitir suas conclusões aos alunos e ao público, sem sujeições ou perturbação por parte de autoridades de dentro ou de fora da universidade; de um aluno de instituição de ensino superior não apenas ser instruído por mestres livres, mas igualmente ter acesso a todos os dados pertinentes ao objeto do seu estudo e eximir-se, razoavelmente, de regras e regulamentos compulsórios próprios de escolas secundárias; e de um professor ou pesquisador exercer a liberdade de falar, escrever e associar-se, tal como gozam todos os outros cidadãos, sem ser molestado ou afastado do cargo. E o direito da livre expressão inclui o de ser ouvido.

Como todas as demais, a liberdade acadêmica não é nem pode ser absoluta: deve ser praticada dentro da estrutura da disciplina acadêmica, que compreende boas maneiras, bom gosto e um respeito digno pelas opiniões do mundo não-acadêmico.

Os intelectuais e cientistas que defendem essa liberdade, apenas reivindicam os direitos devidos aos cidadãos de um país livre, de procurar a verdade e proclamá-la como a vêem.

Os intelectuais e cientistas, bem como os jornalistas, advogados e médicos, crêem que a liberdade por eles resguardada se destina muito mais a proteger os interesses públicos do que aqueles de natureza privada.

Deverão os cientistas e intelectuais investigar e difundir a verdade — se a tanto lhes permitir a graça de Deus — dentro de um clima imune de pressão social, proscrição política ou ortodoxia religiosa.

Esses são os ensinamentos contemporâneos de Eliot Morison. Eles não se distanciam da revolta contra o absolutismo metropolitano e despotismo de seus agentes, iniciada por Tiradentes, no final do século XVIII, em Vila Rica, Minas Gerais.

A Inconfidência nos deu o símbolo venerando de um autêntico herói popular, cuja sentença absolutória está encerrada na Lei número 4897, de 09 de dezembro de 1965, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Castello Branco, que declara Joaquim José da Silva Xavier, Patrono da Nação brasileira.

Em seu artigo segundo, estabelece que as Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público for acionista e as empresas concessionárias de serviços públicos homenagearão, presentes os seus servidores, na sede de seus

serviços, a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, a esfígie do glorioso republicano. O parágrafo único estabelece, também, que essas festividades serão programadas anualmente. E o art. 3.º declara: "Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao Patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos."

É o que fazemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de registrar as presenças, em plenário, dos Srs. Deputados Federais Valmor Giavarina e Anselmo Peraro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus que falará em nome da Bancada do PMDB.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "TIRADENTES — A PÁSCOA BRASILEIRA

Apesar do egoísmo, apesar da mentira, apesar do terror, apesar da corrupção, apesar da covardia, apesar do entreguismo, enfim apesar do canalha — a História registrou também, a virtude de homens que, como Tiradentes, souberam amar. Da morte e paixão de Tiradentes retiramos o saldo de que sempre há quem esteja pronto para dar a vida entre tantos que só pensam em tirá-la. Tirar os meios de vida de milhares de semelhantes em proveito próprio ou de uma minoria.

A crise brasileira — é uma crise da vida do homem brasileiro que se debate com o manto de morte que encobre as decisões dos que desgovernam a Nação rumo à dependência absoluta.

A Nação se vê envolta na mais grave crise de sua história. Após mergulharmos por longos anos numa insidiosa ingerência das multinacionais na nossa economia, dominando ramos decisivos da nossa produção agrícola, industrial e comercial, depois da entrega de 10% das nossas terras, do entreguismo da Serra Pelada ao Carajás, a tara insaciável dos que nos dominam se estende sobre nossa soberania com a recente assinatura da Carta de Intenções. A soberania nacional está em jogo e até quando assistiremos submissos a Nação combatida, desfalecendo sob o regozijo dos banqueiros internacionais que, um "dá cá, que comamos e bebemos", decidem a sorte de milhões de brasileiros. Não honraram o sangue de Tiradentes, aqueles que assinaram a Carta de Intenções — que imitando os verdugos de outrora, assinaram a sentença de morte, a sentença de fome de milhares de Tiradentes, que hoje morrem esfaqueados pela fome. Fome que denigre, fome que desintegra a moral do homem, fome que mata e obriga a matar.

Neste momento, neste 21 de abril, os olhos dos brasileiros que ainda conseguem ver, se levantam para contemplar o exemplo heróico daquele brasileiro que soube dar sua vida por amor a uma Pátria livre: Tiradentes. Na sentença, todo ódio de um regime opressor: "Depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde, em lugar mais público será pregada em posto alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes onde o réu teve suas infames práticas, e a casa em que vivia será arrasada e saqueada".

Mas, porque tanto ódio contra um homem? Equivocaram-se os verdugos de então, como continuaram se equivocando até nossos dias. O ódio era dirigido contra uma idéia, um sentimento e mataram um ser humano. Nascia, então, o sentimento de luta contra a opressão colonial — a idéia de liberdade que o homem herdou desde a maçã oferecida por Eva no Jardim do Eden.

Em Ouro Preto, os brasileiros ousaram sonhar o rompimento com a Metrópole, a independência e a conquista da

República Federativa. Ousaram sonhar com a livre produção, o apoio ao desenvolvimento de manufaturas têxteis e siderúrgicas, o estímulo à produção agrícola e a condenação da escravatura.

Dentre eles, o mais firme, o mais sereno, o mártir que simboliza toda a determinação de um povo ser livre: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Na terra em que Tiradentes viveu, na terra em que Tiradentes pisou, onde não era para nada nascer, nasceu, cresceu e se enraizou o sentimento indestrutível e que arma alguma pode vencer, o SENTIMENTO — "PÁTRIA AMADA DO BRASIL". E muito mais cedo do que a reação colonial esperava, o Brasil conquistava sua independência política.

Nestes dias sombrios em que nossa soberania está sendo negociada com o FMI, o exemplo de Tiradentes resplandece como uma luz em meio à escuridão. É o sol da liberdade que vem acalantar o sentimento pátrio congelado pela frieza das medidas tecnocráticas dos lesa-pátria. Embora conheçamos apenas a ponta do "iceberg" da nossa real situação econômica, mas aprendemos de nossos heróis que esta Pátria de nossos mártires não se vende, não se compra, não se negocia e não se hipoteca. A Pátria se defende, como a defenderam os nossos heróis. Ao longo de nossa história o nosso povo nunca se curvou ainda que os governantes se curvassem para andar de cócoras sob a mesa de favores das grandes potências econômicas. Houve tempos em que nos cárceres brasileiros haviam muito mais brasileiros do que nos palácios dos governantes. Há os que apostam na ausência de uma consciência nacional, há os que gostariam de ver apagados da nossa história, o exemplo de Tiradentes. Há os que duvidam da vocação para a liberdade de nosso povo, mas há também homens de fé, há homens honrados, há os patriotas. Identifico-me com estes que estão conscientes de que um povo quando aposta em sua liberdade não há como fazê-lo recuar.

Meus compatriotas, Parlamentares de todos os partidos. É com amargura que tenho que admitir a dura realidade da nossa dependência econômica entregue às mãos do FMI por um grupo de lesa-pátrias irresponsáveis. — É duro chegar às vésperas das comemorações de mais um 21 de abril e confessar num "mea culpa" coletivo que a legenda dos inconfidentes — liberdade ainda que tardia — foi proscrita numa carta de más intenções.

Tristeza e amargura, sim, mas não há lugar para desespero. Ao contrário, é com muita esperança que admitimos a gravidade do momento histórico por um lado, e por outro, de enfim termos alcançado o momento crítico onde a mentira dos que nos trouxeram até esta situação forçosamente se desfaz e abre-se caminho para a verdade redentora. O modelo econômico esgotou seu estoque de disfarces: Brasil — ritmo de Brasil Grande — de um passo à frente do milagre brasileiro, do Brasil potência para ceder lugar ao Brasil dos brasileiros, ao Brasil dos sonhos de um "Tiradentes". Há chegado o momento de romper as correntes da dominação estranha a nossos interesses. Há chegado o momento de romper com a submissão, a expoliação de que somos vítimas por parte dos que dominam nossa economia. Esta possibilidade se deslumbra e é cada vez maior.

A nossa esperança, a nossa certeza advém do fato de que ninguém mais se cala:

- a Igreja se manifesta por mudanças;
- os trabalhadores exigem a mudança;
- os empresários exigem transformações substanciais;
- os liberais, a classe média, querem a devolução do seu poder aquisitivo carcomido pela inflação;
- os estudantes ressuscitam a UNE silenciada pela força do arbítrio;
- os camponeses querem de volta suas terras hipotecadas e arrebatadas durante a falência imposta pela modernização da agricultura.

A GRITA É GERAL — O PRESIDENTE PEDE TRÉGUA

— Setores militares querem de volta a dignidade e a honra

de nossas gloriosas Forças Armadas que estão sendo comprometidas pela ação de maus exemplos, do Parasar ao Rio Centro, dos que comprometem o SNI e outros aparelhos paramilitares.

“É preciso salvar a nossa Pátria!”

Este é o brado que o homem, embora avançado em idade, um avô de cada um de nós e de nossos filhos, mas que reúne o vigor do jovem com a experiência de seus cabelos brancos para o grito da independência que ecoa e exige uma resposta, uma resposta urgente, de cada um de nós.

Este homem: velho-jovem, este amigo de cada um das nossas famílias brasileiras, este grande Senador da República — Teotônio Vilela, alerta o País de que a Pátria está ameaçada. À maneira de Tiradentes, mas com um sotaque nordestino diz cheio de civismo, de angústia e de esperança que nos têm ouvidos e olhos para ouvir e ver:

“A Pátria brasileira está a ponto de explodir! De perder-se, de desintegrar-se. Tão desalmada é a política imprimida pelo Palácio do Planalto e os seus auxiliares da área ministerial. O Brasil que deve 100 bilhões de dólares ao exterior; o Brasil que deve nove trilhões de cruzeiros à sociedade brasileira, o Brasil que tem uma dívida política que até agora não foi resgatada, é um País triste”.

Com a força transmitida pelo nosso esperançoso povo brasileiro, com a coragem que a Nação e o momento exigem, este patriota envelhecido pelo câncer que o atinge, encontra energias para fazer este chamamento em torno da Pátria. É um grito, é um brado que não ficará sem resposta e é disto que temos certeza, desde que passou por nossa história um Tiradentes.

Se é certo que jamais o País viveu uma crise tão grave, também é claro que esta “Patria amada, Brasil”, mãe de Tiradentes, levantar-se-á de seu berço esplêndido para responder sim a sua liberdade, sua soberania, a sua própria independência. Se o sofrimento imposto a nosso povo é enorme, seu sentimento nacional é muito maior. Empresários, trabalhadores, setores civis, militares e eclesiásticos estão cada vez mais próximos, reunidos num consenso próprio do sentimento de brasilidade para dizer um BASTA ao Brasil maxi-desvalorizado, maxi-inflacionado, maxi-desempregado, maxi-desmoralizado e maxi-desnacionalizado.

Acaso poderia ser diferente a atitude de um patriota ao ver sua Pátria entregue? A falência de empresas nacionais? O desemprego em massa? A ruína da agricultura? Tudo isso submetido aos caprichos de um FMI que faz o jogo dos banqueiros internacionais interessados em juros a níveis astronômicos, em maxi-desvalorização e isenção de imposto para retirada de divisas em dólares, em estrangulamento de produção com restrições ao crédito, corte em investimentos de interesse nacional — priorizando o pagamento de uma dívida dolosamente provocada por interesses forâneos.

Como poderíamos continuar dando crédito, voto de confiança e trégua a um Governo que mantém à frente da política econômico-financeira, dirigentes que fazem a política à maneira de Pinóquio? Mente no varejo e no atacado e se desacredita inteiramente perante a Nação.

Anunciou que não ia ao FMI e já estava negociando; convidou as empresas nacionais a buscarem recursos lá fora e as atraíu ou miseravelmente com a maxi-desvalorização.

Estas são apenas algumas das peças pregadas à Nação pelo trio Pinóquio: Delfim, Galveas e Langoni. Poder-se-ia perguntar ainda, pela competência destes três mosqueteiros do FMI, sempre alertas em defesa dos interesses dos banqueiros internacionais.

Quanta incompetência no adiamento maldoso do endividamento externo até à beira do abismo e nas negociações de acordos lesivos à Pátria.

Quanta incompetência na defesa dos interesses dos trabalhadores e dos empresários nacionais, no rebaixamento da

carestia e juros e em colocar o crédito a serviço da produção.

Causa espanto a petulância com que agredem ora os trabalhadores com pacote salarial, ora os empresários com a maxi-desvalorização, ora a agricultura com uma política que é pior do que qualquer praga que já passou pelas lavouras brasileiras.

Agora mesmo, no seu desvario, o Sr. Delfim Neto agrediu o Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Sul, dizendo que a sua crítica à política econômica e defesa da moratória era caso de psiquiatria, assim como anteriormente afirmava que a Reforma Agrária era coisa de economista desocupado.

Até quando deixaremos este “Ministro-Chefe da Bancarrota” impune — endeusando sua pança, dizendo e fazendo o que bem quiser?

Equivoca-se, no entanto, o agressor-mor da consciência nacional. Equivocaram-se os defensores da dominação colonial no tempo de Tiradentes ao acreditar poderem tripudiar sobre uma Nação que nasceu vocacionada pelo respeito a sua gente, pela defesa de sua soberania.

Há chegada a hora dos vendilhões da Pátria. Eles já tiveram sua oportunidade e a utilizaram para se locupletarem com grandes negociatas, mordomias nos favorecimentos às transacionais e no brutal endividamento externo que ora massacra nosso País.

O modelo econômico vigente do Brasil grande, do falso ufanismo, das obras faraônicas, nada mais tem a oferecer ao povo e ao País, a não ser sua falência. Já chega a hora do Brasil grande dar lugar e vez aos pequenos que, na sua somatória, são os únicos que poderão mantê-lo grande, forte e unido.

Atrelar a economia de nosso País a situação internacional recessiva, pela qual não temos porque responder, é colocar em risco a nossa unidade e nosso futuro. Mudanças são exigidas até por parte dos que pela posição política que ocupam não estariam autorizados em se manifestar contra a continuidade do modelo, mas se assim o fizeram foi porque o sentimento pátrio felizmente fala mais alto do que um pacto partidário. E assim, vemos o Senador Nilo Coelho a manifestar-se pela mudança: — “Poucas, muito poucas mesmo, são as Nações que podem, como o Brasil, dispor de tão amplas e generosas fontes internas de crescimento, rejeitando o imobilismo que nos força hoje, à economia internacional.

Nada justifica essa sujeição. Ninguém, nem o nosso povo de hoje, nem os brasileiros de amanhã — nos redimirá dessa omissão”.

Bem como Herbert Levy: — “As imposições do FMI revelam-se contrárias aos interesses nacionais”.

Partimos do Brasil pequeno para garantir o BRASIL GRANDE, pois, na verdade só existe um Brasil — O BRASIL DOS BRASILEIROS e não do Delfim Neto ou coisa que o valha.

O Brasil, oitava potência econômica do mundo, urge por um novo modelo econômico auto-gerado assentado em suas prioridades, suas necessidades e real potencialidade de seu desenvolvimento.

Um modelo econômico que fortaleça o seu mercado interno e crie empregos; utilize sua capacidade produtora ociosa em 30% só no setor industrial sem mencionar o setor agrícola, para produzir amplamente bens de consumo popular; que fortaleça a utilização do crédito na produção de equipamentos, aumentando a produtividade e o nível de emprego dentro de perspectivas nacionais; reforma agrária para evitar o êxodo e ampliar o mercado interno assegurando ainda, o alimento na mesa dos brasileiros; que se faça uma política justa nos gastos públicos ao invés de fazer obras faraônicas e de moroso retorno quando não, inútil.

Um modelo econômico que venha de encontro às garantias de vida digna à população, oferecendo moradia, saneamento básico e saúde, educação e emprego.

Enfim, um modelo econômico que apoie a quem produz

e penalize a mera especulação. Com uma reforma tributária que dinamize a federação e os municípios.

Desde já, surge o confronto com o atual modelo econômico adverso aos interesses nacionais. A persistir a orientação do trio leiloeiro, prevalecerá a destruição do que nos resta em favor do dólar. Só tem poder de compra o dólar e a cada maxi reduz-se ainda mais nossa soberania. Há necessidade da moratória amplamente defendida por expressivas figuras políticas e empresários para que utilizemos os recursos que já temos, governando com cruzeiros, ao invés de sermos governados pelo dólar.

E como chegar lá?

Só há um caminho que nossa formação cristã e que a tradição brasileira, nossa consciência civilizada permite: é a resistência pacífica e organizada ditada pelo bom senso e a razão ainda que os órfãos e as viúvas do facismo derrotado nas urnas queiram impor a violência, estejam a cobrar o martírio de sangue. Ainda há tempo, embora cada vez mais apertado, mas ainda há tempo de ouvirmos o alerta dos líderes mais lúcidos para uma saída pacífica e democrática.

O povo brasileiro, à beira do desespero, deu mais uma vez uma demonstração clara que sempre que lhe for oferecido o caminho democrático e pacífico este é o de sua preferência, ao ir às urnas em 15 de novembro último.

A imensa maioria de nosso povo depositou um enorme crédito de fé, de esperança pela tão esperada mudança. Cabe-nos estar à altura deste crédito e desta esperança.

Em São Paulo, o desespero dos desempregados, incentivado pela política insensível de Delfim, Langoni e Galveas e manipulado por elementos provocadores, pelas viúvas do facismo, explodiu.

No entanto, ficou patente e claro, que no mesmo momento, a expressão que prevaleceu foi a de que o sentimento do povo não era a do desespero, era sim a exigência organizada, profunda e pacífica de mudança.

Os aprendizes de feiticeiros, os órgãos do arbítrio, logo após a provocação, se assanharam insinuando que a democracia, que a abertura estava a gerar o caos.

É bom que estes inimigos declarados das liberdades democráticas entendam que é infreável a ira do homem sereno quando frustrado em sua serenidade.

A oposição ao regime, que não aposta na nau dos insensatos, do quanto pior melhor, está alerta e respondeu e responderá à altura como o fez com o apoio da população no último episódio, tendo à frente a serenidade de Franco Montoro.

Fazer frente ao modelo econômico do entreguismo, do atentado à soberania nacional, através da união de todas as forças democráticas é a forma mais ativa de responder à afronta do "trio parada dura".

Deixa estar para ver como fica. Apostar no desgaste do governo federal à medida que se aprofunda a crise e a dependência nacional, não é atitude para quem ama e defende o Brasil, acima de tudo. Fazer ouvido de mercador à catástrofe que se aproxima, é apostar no caminho da violência — é dar guarida aos que ensaiam um banho de sangue para saciar sua sede macabra.

O momento nacional nos convoca a todos os brasileiros, verdadeiramente brasileiros, para a união das forças democráticas:

- União em torno do NÃO à recessão;
- do desenvolvimento auto-gerador;
- da ampliação do mercado interno;
- da negociação da moratória para nossa dívida;
- do Paraná como ente federativo.

E quando falo em Paraná, não o faço com sentimento bairrista, mas um sentimento maior de brasilidade. Pois, se frustrar a união das forças democráticas a nível de nosso Estado, co-

mo fazer frente aos que insistem em infelicitizar a Nação? Não é bom que nós paranaenses estejamos divididos no varejo, no momento em que a Nação necessita da nossa unidade para defesa de sua soberania.

Acaso não é isto que nossos empresários esperam de nós políticos quando do lançamento da campanha do Paraná unido? Estaremos à altura para responder a estes apelos nobres que a Nação nos faz ou ficaremos presos nas intrigas de ordem doméstica?

Portanto, não é bairrismo que buscam e que buscamos. É o sentimento de brasilidade de quem vem de uma terra, que por ser de fronteira, está vigilante junto aos contêrraneos para defesa do Brasil.

Torna-se necessário a união em torno do Paraná. Discutir com profundidade, isentos de paixão partidária, a defesa do Paraná que também é Brasil — e certamente é isto que faremos na instalação do I Fórum de Debates, nesta Legislatura e nesta Casa.

Acompanhemos o Governador do nosso Estado e que ele possa falar em nome dos paranaenses junto às autoridades de Brasília, para dizer dos prejuízos aqui sentidos diante da atual política agrícola, dos prejuízos dos nossos empresários diante do atual modelo entreguista e especulativo.

Vamos a Brasília dizer ao Presidente, General Figueiredo, da situação dos nossos quatrocentos mil "bóias-frias", do desemprego e que não nos interessa a recessão branca, e sim, uma política de desenvolvimento.

Coloquemos força no diálogo, na unidade de idéias e voações libertárias apostando na saída pacífica e democrática — diante da situação insustentável a que chegamos, dada a pirataria das transnacionais. Tiradentes deu o primeiro passo, regou com o seu sangue, o sentimento pátrio da liberdade, da nossa soberania e da nossa independência. Cabe a nós completar a obra. Cabe a nós, a responsabilidade de evitar a frustração da liberdade conquistada com o precioso sangue do Mártir.

E para finalizar, queremos deixar registrada nossa confissão de fé.

Fé no homem do Paraná e do Brasil.

Fé no patriotismo de nossa gente.

Fé na vitória da vida sobre a morte.

O Abril das Liberdades é a confirmação de nossa fé libertária nos atos de um TIRADENTES — morto e esquartejado — que com seu sangue regou a liberdade dos compatriotas.

O mês de abril é o marco histórico da libertação. Desde a comemoração da Páscoa judaica, a Páscoa cristã, a Páscoa brasileira. Páscoa — (Pachá) significa passagem — a famosa passagem do povo de Israel pelo mar Vermelho, marco divisor entre a escravidão do Egito e a peregrinação de um povo rumo à terra prometida, descrita como a terra da independência econômica, onde jorra o leite e o mel, onde a prosperidade gera a felicidade dos homens. O abril da Páscoa cristã, onde, na passagem do Cristo pelo calvário, se concretiza os desígnios de Deus para a libertação. Passagem da morte para vida marcada pela ressurreição do Cristo. Cristo rompe as cadeias da morte. Morte da dependência, do subdesenvolvimento gerador da morte, da fome, do analfabetismo, da mortalidade infantil, das condições de vida subhumanas, de subdesemprego que na cruz do Cristo pedem passagem rumo à independência econômica, política e social, onde se alcança o pleno desenvolvimento do homem, humanizando estruturas sócio-econômicas e garantindo dignidade de vida aos homens de nossa terra.

Haveremos de, também, num abril muito próximo, poder comemorar nossa páscoa. A Páscoa de Tiradentes, a Páscoa da libertação de uma dependência endêmica geradora de morte e subdesenvolvimento, para uma independência plena, reafirmando nossa soberania no grito unido de todos os Tiradentes brasileiros: "Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando informações à Comissão Executiva da Casa, sobre o funcionalismo. — **A Comissão Executiva, para informar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências para a reforma total do trecho da rodovia PR-239, que liga Campina da Lagoa à BR-369. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que envide esforços, visando o asfaltamento da Estrada do Boiadeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando um maior impulso na execução dos trabalhos de construção asfáltica ligando o Município de Marilândia do Sul ao Município de Rio Bom. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo sejam efetuados estudos de possibilidades no parcelamento da dívida da Prefeitura do Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo um auxílio monetário à Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, para efeito de pagamento de funcionários municipais lotados nos setores estaduais. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — Responderam à chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, no sentido de que as Prefeituras possam adquirir carros a álcool no mesmo sistema que vigora aos taxistas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo liberação do PROSAFRA, de Moreira Salles. — **Aprovado.** — Ao Departamen-

to Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo asfaltamento do trecho Goioerê-Rancho Alegre, no mesmo município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja formulado ao Sr. Governador José Richa, para que o mesmo desenvolva todo o empenho na instalação de uma Junta Comercial, em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública providências no sentido de solucionar o caso do "Tarado da Cicatriz". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de convite aos Srs. Presidente da FAEP, FETAEP, ASSOCIAÇÃO DOS AGRÔNOMOS DO PARANÁ, SOCIEDADE MÉDICA VETERINÁRIA E OCEPAR, SECRETARIA DA AGRICULTURA, para debates nesta Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de solicitação ao Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido de que se efetue a construção de abrigos para passageiros de ônibus, na cidade de Porto Amazonas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o revestimento das Rodovias PR-340, trecho que liga Tibagi-Telêmaco Borba; BR-153, trecho que liga Tibagi a BR-376. E BR-153, trecho que liga Tibagi a BR-376, integrante do programa de trabalho elaborado pelo PRORURAL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à juventude peemedebista do Paraná, pela realização da III Convenção Regional, realizada nesta Casa, no último final de semana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício à Itaipu Binacional, para que a mesma efetive estudos técnicos para apurar as variedades de cultura que deverão ser cultivadas na região de influência climática do lago da represa. — Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa bancada vai aprovar o requerimento do Sr. Deputado Sérgio Spada, para que não venha em prejuízo do novo município criado sob autoria deste Deputado, Município de Santa Terezinha de Itaipu.

No entanto, o Deputado Sérgio Spada, parece que ainda não está consciente de que ele é Deputado da Situação, e nos faz aprovar um requerimento que apenas encaminha um pedido ao Sr. Secretário de Estado, anexando cópia de um ofício da Senhora Prefeita Municipal daquele município, fazendo desta Assembléia, apenas uma ponte de transferência de papéis ou de que a Assembléia Legislativa fosse um correio.

O Sr. Deputado poderia simplesmente encaminhar-se à Secretaria de Estado, como portador oficial do Município de Santa Terezinha de Itaipu, simplesmente entregar às mãos do Sr. Secretário um apelo veemente do pedido oficial pela Senhora Prefeita Municipal. Ou apenas este requerimento entra na

Casa como os demais que aí estão, em número de mais de oito requerimentos, todos no mesmo sentido, encaminhando apenas ofício da Senhora Prefeita Municipal.

Será que é apenas para registrar nos Anais da Casa o seu trabalho? O Sr. Deputado Sérgio Spada que me perdoe, tem o meu apoio, a sua iniciativa é louvável de pedir obras para o município, mas usar desta Assembléia como ponte, ou como um correio apenas para transferência de documento, Sr. Presidente, nós não podemos entender isso.

Mas apesar de tudo isso o nosso voto é favorável. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Gostaria de aproveitar esta oportunidade, embora não sejamos procurador do Deputado que requereu, Sérgio Spada, mas pela sua ausência, dizer que é praxe nesta Casa o uso de requerimentos. Então nós não estamos estendendo o pronunciamento do nobre Deputado Tércio Albuquerque, que inclusive é da mesma região, foi votado no mesmo município e que também é useiro e vezeiro deste tipo de requerimento.

Assim é que acreditamos nas palavras do nobre Deputado e todos os Deputados usam desta Casa para fazer este tipo de requerimento, embora os Deputados possam tratar diretamente com o Secretário de Estado.

Assim é que o encaminhamento do nobre Deputado não tem procedência. Era esta a nossa manifestação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes para aquisição de equipamentos e acessórios para o Município de Santa Terezinha de Itaipu. — Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — O requerimento, Sr. Presidente, que se encontra em votação, idêntico ao anterior e Vossa Excelência que tem em mãos pode analisar que é um ofício da Senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, encaminhando esta solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes. Parece que quem não entendeu as coisas foi o Deputado Fonseca. Porque nós temos o direito e nos assiste esta obrigação, de encaminharmos requerimentos aos diversos do Estado, solicitando benefícios para os municípios que nós assistimos, que nós representamos neste Legislativo.

O que eu me referi apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e em especial ao Sr. Deputado Fonseca, foi que este requerimento apenas transfere a obrigação do Sr. Deputado levar um ofício à mão do Secretário, que a Prefeitura lhe confiou. Transfere a esta Assembléia transformando-a numa ponte ou como se fôssemos apenas um correio e telégrafo.

Não somos contra a iniciativa louvável do Sr. Deputado Sérgio Spada de requerer benefícios para o Município de Santa Terezinha de Itaipu. Mas nós precisamos discutir nesta Casa

coisas mais sérias. Requerermos sim, benefícios da nossa região, mas quando vem um ofício, uma solicitação já vem elaborada pela Senhora Prefeita Municipal. E ele que representa o Governo do Estado nesta Casa, é um Deputado governista, portanto com acesso aos diversos órgãos do Estado, não precisava usar de encaminhamento de requerimento por esta Casa para simplesmente encaminhar um ofício a um Senhor Secretário de Estado.

Mas nós votamos favorável, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, embora ausente do plenário, cumprimentar a iniciativa do nobre Deputado Sérgio Spada, que vem demonstrar que os tempos são outros. Estamos realmente governando de maneira diferente, à maneira que a ex-ARENA e o PDS governou este Estado.

O Deputado Sérgio Spada usa as suas atribuições como Parlamentar e como Deputado Estadual, ao invés de simples estafeta e portador de um ofício da Prefeitura Municipal que ele representa, ele oficializa através da Assembléia Legislativa do Estado.

Quero parabenizar a atitude do Deputado Sérgio Spada que vem só valorizar o Poder Legislativo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, reivindicando reforma geral da Escola Carlos Zewe Coimbra de ensino de 1.º grau de Santa Terezinha de Itaipu. — Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não desejaria voltar a este assunto, mais uma vez, porque Vossa Excelência que tem os requerimentos em mãos tem conhecimento que todos são idênticos. É encaminhamento de ofício da Senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

Mas o Deputado Tadeu Lúcio Machado, brilhante representante de uma região nesta Casa, quer implantar um sistema diferente do normal, quando os Srs. Deputados têm o direito de comparecer às diversas repartições públicas, aos Srs. Secretários de Estado, com audiências previamente marcadas, não na qualidade de um estafeta como o Deputado quis nos taxar, mas na qualidade de Deputado representante do povo. Porque frente a frente com os Srs. Secretários, em diálogo franco, representando uma municipalidade ou uma região, temos uma condição mais eficiente de conseguirmos obras para os nossos municípios e para as nossas regiões.

Nós nunca, quando governo fomos, servimos de estafeta para levarmos um ofício. Usávamos de audiências acompanhadas de Prefeito, de Vereadores, e de Lideranças comunitárias para debatermos os problemas que as nossas regiões sempre apresentaram, com as autoridades competentes. E os ofícios que

chegavam em nossas mãos fazíamos serem encaminhados pelos nossos assessores ou pelo próprio correio.

Nós nunca usamos desta Casa como uma ponte. Usamos sim, desta Casa para debatermos os nossos problemas e para reivindicarmos em favor do nosso Estado e da nossa gente. E esta palavra e esta taxação de estafeta eu devolvo ao Deputado Tadeu Lúcio Machado. Porque quem sabe ele está querendo ser, mas não está sendo recebido pelos Secretários, ou quem sabe desta vez o Deputado não está mandando. Que democracia participativa é esta que o Sr. Deputado que representa o Governo não está tendo acesso legítimo a que tem direito nas repartições do Estado, de um Governo que ele ajudou a eleger, que ele ajudou a trazer e entendemos e queremos e desejamos, e se criticamos alguns erros é na tentativa de corrigir.

Desejamos que José Richa faça um governo eficiente para o Paraná. As nossas críticas têm sido construtivas, as nossas críticas têm sido para alertar o seu Governo e os seus assessores, na tentativa de que ele governe bem o nosso Estado paranaense.

Deputado Tadeu Lúcio Machado, Vossa Excelência fica com a sua expressão de "estafeta" e a guarde para sempre. (Sem revisão do orador).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Estamos vivendo realmente um período de democracia participativa. Na Legislatura passada nós não tínhamos conhecimento dos pedidos formulados pelos Deputados do PDS.

Hoje, já estamos dando oportunidade para que os Deputados do PDS tenham conhecimento, pelo menos, das reivindicações que são feitas às suas respectivas regiões. Isto é a demonstração efetiva de que nós estamos vivendo um novo período político-administrativo neste Estado. E quando disse estafeta, nobre Deputado Tércio Albuquerque, não disse com menosprezo, porque acredito que até, ser estafeta do povo, é uma obrigação do Parlamentar e não é desdouro algum para qualquer homem público, ser estafeta daqueles que o elegeram. Por isso, durante toda minha vida política, o cargo de estafeta político, me dado ora pelo ilustre, eminente, nobre e combatente Deputado representante de Foz do Iguaçu, Tércio Albuquerque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação de um pedido onde se faz um benefício para uma cidade, para uma comuna do interior. Mais uma vez, Sr. Presidente, peca o ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, ao dizer que o povo quer ouvir essa balela de papelama e de burocracia. E a única resposta dos correios, que foram o PDS, a ARENA, sem ser "office boy" de ninguém, são as obras feitas por Canet, por Ney Braga, lá no interior, na região do ilustre Deputado, quando ele criticava. Então nós não fomos estafetas; somos estafetas do povo; demos ao povo o lenitivo e o consolo que precisavam. Lutávamos, Deputado Tadeu Lúcio, sem ser preciso burocracia e papelório; demos as estradas que Vossa Excelência percorreu para nos derrotar na eleição. Demos, com o Governador Jayme Canet Júnior, com Geisel, e com Ney Braga no respaldo, para transferir divisas para o Paraná, para que o dinheiro do povo fosse aplicado em benefício do próprio povo; para que a realidade palpável, para que os homens de mãos calosas não escutassem balelas de Deputados, que querem apenasmente, como di-

zia Odorico Paraguassu, tapear, iludir o nosso povo. Então é isso, Sr. Presidente e chega de balela; vamos aos fatos, chega dos entretantos, vamos aos finalmentes. Mostrem serviço, Deputado Tadeu Lúcio Machado; mostrem serviços, querida Bancada do PMDB; tragam realidades palpáveis para o nosso Estado. Dêem condições da infra-estrutura que Canet deu quando era arenista; que Ney Braga complementou quando era pedessista; dêem ao povo o que é do povo"; "daí a César o que é de César". Chega de balela, de papelório. Muito bem disse o Deputado Tércio Albuquerque. Chega de burocracia, vamos aos fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E o maior estafeta, é aquele que demonstra ao povo, embora muito menos letrado que Vossas Excelências, mas que sabe inaugurar estradas. Que vai ao palanque e diz ao povo: está aqui a estrada de Santo Antônio da Platina, que nós tivemos a dignidade e a honra de dar o nome do meu grande companheiro Benedito Lúcio Machado. Feito pelo PDS; feito pela ARENA; esta malha rodoviária feita com o dinheiro do Governo de Jayme Canet Júnior; feita com o dinheiro do povo em benefício do próprio povo; com o respaldo de Ney Braga, com o respeito do Presidente Geisel; com o respaldo do Presidente Figueiredo que soube dar ao Paraná o que é de justiça. Agora, o resto, Deputado Tadeu Lúcio, me permita dizer, é balela; e não somos mais do que estafetas; não somos mais do que "office boys" bem pagos, aqui desta Assembléia. Porque eu desafio a Vossa Excelência, que os seus Secretários falam dez por cento do que fizeram os Secretários da Arena e do Governo do PDS.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora de Planejamento da Fundepar, para que seja feito com máxima urgência um muro na quadra onde está localizada a Escola Carlos Zewe Coimbra de Santa Terezinha de Itaipu.— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) —

Gostaria que Vossa Excelência informasse a esta Casa, se há alguma lei em tramitação ou se foi aprovada alguma reformulação Educacional do Paraná. Porque, ao que consta, pelo conhecimento que temos da legislação, na Fundepar existem apenas a Superintendência e a Diretoria administrativa, e não existe diretoria de planejamento, o que demonstra o desconhecimento do autor da matéria a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE -- Esta Presidência informa a Vossa Excelência que não tem conhecimento se aconteceu alguma reforma administrativa na Fundepar. Mas, adianta a Vossa Excelência que procurará a informação e transmitirá ao plenário e a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência que deixe de receber o requerido.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) — Parece-me, Sr. Presidente, que está havendo uma inversão aqui na Assembléia. Estou de pleno acordo com o requerimento do Deputado Spada, mas esse requerimento deve ser encaminhado através do Governador do Estado, de Poder para Poder. E eu sugiro que seja substituído o título ao invés de ser encaminhado a essa diretoria, seja encaminhado ao Governador do Estado.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Sr. Presidente, o requerimento é endereçado a uma determinada instituição do Estado. É fácil de invocar o grande princípio jurídico de que se a parte recorrer ou pedir proteção, mesmo ao Poder Judiciário, mesmo que ela enderresse à autoridade errada, ela não pode ficar sem ser ouvida, sem a proteção, é um princípio jurídico. Se

a parte errar a autoridade a quem recorre, não é prejudicado o seu recurso. É um princípio jurídico do Direito, da parte peticionar, da parte requerer.

Então, mesmo admitindo o levantamento da questão do nobre Deputado, de que não exista essa Diretoria, mas existe o órgão que o Deputado se refere. E à autoridade maior caberá encarregar alguém, dentro do órgão, para atender a petição.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo à questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, esta Presidência esclarece que o Regimento não define exatamente qual o tipo de requerimento que deva ser ou não ser recebido pela Mesa. No entanto, no artigo 134, § 4º, do Regimento Interno, diz o seguinte: (Lê):... Esta Presidência, este tipo de requerimento até enquadrado neste dispositivo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Entendo a preocupação do eminente Líder do PMDB, no sentido de socorrer um dos seus companheiros de bancada. Mas, é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e esta Casa tem conhecimento, que não existe na Fundepar o cargo de Diretor do Planejamento. Pode existir, inclusive, o cargo de Assessoria de Planejamento, a não ser que esta tenha sido uma das mudanças que o PMDB fez no Paraná. Mas, não creio, porque isso dependeria de lei, pela Assembléia Legislativa, de vez que a Fundepar é uma Fundação.

O Poder Legislativo Estadual não pode receber pedidos para autoridades inexistentes. Seria, inclusive, difícil, para o Poder Legislativo demonstrar categoricamente, através do encaminhamento oficial desta Casa, a uma autoridade inexistente, uma solicitação. Seria, no mínimo, Sr. Presidente, ridículo que este Poder encaminhasse essa solicitação.

Portanto, solicito a Vossa Excelência que ao menos retire de votação este requerimento, para que Sua Excelência o Deputado Sérgio Spada, consultando a legislação, possa reformular o seu requerimento em nome da grandeza deste Poder.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência entende que possa ter havido um erro datilográfico na solicitação do Deputado. Mas, esta Presidência, se aprovado o requerimento, encaminhará ao órgão competente e este destinará o expediente à autoridade responsável pelo assunto a que o Deputado se refere. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Vossa Excelência decidiu receber o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Eu estou recebendo ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Apelo da decisão de Vossa Excelência, nos termos do Regimento, ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo à questão de ordem do ilustre Deputado, que apela ao Plenário da decisão da questão de ordem decidida por esta Presidência, está ... pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, é evidente que vou acompanhar o Líder de minha bancada. Entretanto, acho que se fez uma "tempestade em copo d'água". A Mesa não poderia receber o requerimento, data vênica, o respeito que merece Vossa Excelência. Mas bastava uma simples emenda

ao requerimento. Não precisava de armar toda essa celeuma aqui em torno de um assunto de menor importância. Reconheço que o conteúdo é válido e o nobre Deputado autor do requerimento está no pleno uso de seus direitos, das suas prerrogativas regimentais. Apenas, novato como é, desconhecia a existência dessa Diretoria de Planejamento.

Então, apelo a Vossa Excelência que solicite ao autor do requerimento, que modifique pelo menos o destinatário, e o faça através da Superintendência da Fundepar. Não precisa estar submetendo ao Plenário uma decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência não tem como, a não ser que o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira retire a sua questão de ordem, deixar que a decisão da Mesa seja decidida pelo Plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Já solicitei anteriormente à Mesa que não colocasse em votação, no momento, o requerimento, para possibilitar ao Deputado Sérgio Spada a correção dos termos do requerimento, que se faz necessário.

Esta Casa fará muito mal ao encaminhar um pedido oficialmente para uma autoridade que inexistente. Então, se Vossa Excelência concordar em retirar para a correção necessária do requerido, esta Liderança retira o recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa a Vossa Excelência que determine ao serviço competente da Assistência para que se informe ...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Concordo inteiramente com a proposição do nobre Líder do PDS, no sentido de que se devolva o requerimento ao Deputado, para que adequadamente, nos termos regimentais, o Requerimento venha subscrito, e peço à Mesa, para que seja rigorosa, de agora em diante, na aceitação de toda matéria que tramita na Casa, para que se comece a fazer justiça, dentro do próprio Poder Legislativo. Se estão pregando uma política de austeridade, acredito que todos os Srs. Deputados devem se submeter a isto. A nossa bancada passa a exigir este comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica ao Plenário, que acaba de chegar informação à Mesa, de que existe, na estrutura da Fundepar, a Chefia do Departamento de Pesquisa e Planejamento, e que, a sua titular é a Senhora Maria Oliveira de Carvalho.

Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem).

Vossa Excelência sabe que há uma diferença entre Chefia de Divisão e Diretoria da Fundação Educacional do Estado, porque os Diretores da Fundepar são resultantes de uma lei aprovada por esta Casa, quando criou o Fundo Estadual de Educação, e aliás, a esse respeito o Deputado Anibal Khury poderia nos dar as informações, porque Sua Excelência participou na época, da elaboração e da votação da lei que criou a Fundação Educacional do Estado do Paraná. Existem, na Fundação Educacional do Paraná, duas Diretorias: a Diretoria da Superintendência e a Diretoria Administrativa, assim como existe o seu Conselho Diretor, como existem depois, as diversas Chefias da Fundação Educacional do Estado do Paraná e as diversas Divisões da Fundepar à semelhança deste Poder. Este Poder tem os seus Diretores: Geral, de Pessoal, Administrativo e tem as Chefias competentes.

Então não se pode entender Diretoria de Planejamento como a função que Vossa Excelência informa a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Esta Presidência não vê prejudicado este requerimento, pelo simples fato de o cargo ser de Chefia ou Diretoria. O fato mais importante é de que existe esse Departamento de Pesquisa e Planejamento e que a sua titular é a Senhora Doutora Maria Helena Silveira de Oliveira, conforme consta do requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- (Pela ordem) -- Sr. Presidente, a meu ver não se trata de nomenclatura, mas se trata isto sim, de respeito à hierarquia. Como um Deputado não pode se dirigir ao Sr. Governador, a não ser pela Presidência, quer me parecer que o Deputado não deve se dirigir ao Executivo, senão ao Governador, ou ao Secretário de Estado da área. É hierarquia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Esta Mesa mantém a decisão de colocar em votação o requerimento, porque assim entende, já que Vossa Excelência mantém a Questão de Ordem, para que o Plenário decida.

De maneira que, consulto Vossa Excelência, se ainda mantém a sua Questão de Ordem, para que a decisão da Mesa seja decidida pelo Plenário?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) -- Apesar do entendimento do Deputado Nilso Sguarezzi, de que deve haver rigor por parte do Poder, com relação aos requerimentos, retiro a Questão de Ordem, num crédito de confiança à Mesa, no sentido de que os próximos requerimentos devam ser melhor examinados antes de colocados em votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- A Presidência agradece a Vossa Excelência.
Está em votação. -- Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL -- (Pela ordem) -- Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- A Mesa atende. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.
Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados o aprovam e 1 rejeita.

Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- (Pela ordem, Sr. Presidente).
Apenas para justificar a Vossa Excelência e ao nobre Deputado autor do requerimento o meu voto contrário, porque não é quanto ao conteúdo do requerimento, o que eu acho perfeitamente válido.

Mas Vossa Excelência, data vênha do respeito que merece, esqueceu do apelo que fizemos, tanto do nobre Líder da Bancada do PDS, consubstanciado também num apelo que fez o nobre Líder da Bancada do PMDB, que fosse retirada a questão de ordem, de que se submetesse a decisão da Mesa ao Plenário. Em contrapartida, o autor do requerimento retificaria o destinatário, porque se a moda pega, Sr. Presidente, amanhã vamos requerer que se oficie ao chefe do protocolo, ao contínuo da Sanepar, para prestar informações a este Poder.

É uma questão de hierarquia, como muito bem colocou o nobre Deputado Ailton Cordeiro. Vossa Excelência é o Presidente de um Poder. Vossa Excelência tem que se despir da condição de membro do Partido Majoritário, nesta Casa, para assumir a condição de Presidente de um Poder, porque esse Poder tem as normas que sempre orientaram a conduta dos Srs. Parlamentares nesta Casa, consubstanciadas no Regimento

Interno, sejam respeitadas.

Entretanto, o nobre Líder do PDS retirou a sua questão de ordem e Vossa Excelência não cumpriu o restante da minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- A Presidência esclarece a Vossa Excelência que manteve a sua decisão, em função da informação que recebeu da própria Sanepar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Vossa Excelência é um homem inteligente, sabe que chefia não é diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Se Vossa Excelência me permitir, concluo a satisfação que devo a Vossa Excelência. No entanto, existem outros requerimentos sobre a mesa que irão tratar sobre o mesmo assunto.

Nestas condições, atenderei o apelo que me fez o Líder da Bancada do PDS, como o Líder da Bancada do PMDB.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) Sr. Presidente
Quero louvar a atitude de Vossa Excelência, porque já dizia o adágio popular: "um erro não justifica o outro".

O SR. ANIBAL KHURY -- Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem e Vossa Excelência, talvez, por esquecimento, ainda não respondeu. Tenho a impressão que os requerimentos endereçados aos departamentos quando submetidos à votação pelo Plenário, devem ser encaminhados através das Secretarias ou do Governador do Estado, porque deve haver uma hierarquia entre os Poderes. Sempre se fez assim na Assembléia, pelo menos enquanto fui Deputado. Não é possível que o 1º Secretário da Assembléia ou Vossa Excelência, dirija uma correspondência só por querer diminuir a posição da diretoria. Mas há que ter um respeito, um respaldo da Assembléia e só pode ser através da 1a. Secretaria que se comunica com os Secretários, ou do Presidente que se comunica com o Governador.

Acho que nós devíamos estabelecer uma norma e que esses requerimentos deveriam ser: ou através dos Secretários ou através do Chefe do Poder Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Perfeitamente. A Presidência acata a questão de ordem levantada por Vossa Excelência e aproveita a oportunidade para solicitar das Lideranças de bancada, que orientem os Srs. Deputados nesse sentido. Com respeito aos requerimentos que estão para ser votados e apreciados por esta Casa, na tarde de hoje, estou determinando ao funcionário que faça uma triagem. E todos aqueles que daqui para frente não cumprirem esta determinação, não serão aceitos pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Continua em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, o requerimento que ora se encontra em votação é louvável e recebe o aplauso da Bancada do PDS, porque este realmente é um requerimento que condiz com o Parlamentar nesta Casa, quando ele requer um estudo técnico por parte da Itaipu Binacional da nossa região.

Tem o apoio total da nossa bancada e louvamos neste requerimento de autoria do Sr. Sérgio Spada, a sua participação como legítimo representante do oeste paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Continua em votação.
APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando moção de apoio e solidariedade aos Srs. Presidentes da Associação Médica do Paraná

e do Sindicato dos Médicos do Paraná, legítimos representantes desta categoria, por ocasião da greve da classe marcada para o dia 22 do corrente mês.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado o apelo aos Srs. Ministro do Interior e Presidente do Banco Nacional da Habitação, no sentido de que o aumento das prestações devidas ao Sistema Financeiro de Habitação, sejam reajustadas em percentual que não ultrapassem aos índices de aumento concedidos pelos Governos Federal e Estadual aos seus funcionários.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Ouro Verde a Anahy, Município de Corbélia, com a extensão de 12 km, partindo da BR-369.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente solicitando envio de ofício ao Consulado da República Árabe, pela passagem da data nacional daquele País, consignando-se o evento em Ata.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, apelando no sentido de que seja dispensada a taxa de pedágio para ciclistas na utilização do Ferry Boat, na travessia entre Guaratuba e Caiobá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Banestado, pela louvável iniciativa de haver, em ato solene prestado homenagem ao vulto insígne de Getúlio Vargas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, com o apoio do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando envio de apelo aos Srs. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça, propondo a criação do Distrito Judiciário de São Silvestre, no mesmo município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, para alterar a jurisdição em estrada no Município de São João do Ivaí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Sanepar, para que seja instalado o funcionamento de um poço artesiano que já está perfurado, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Clube da Garagem do Luizinho, agremiação que congrega um grupo de quinze homens, que colaboram com obras de assistência social e filantrópica, amparando os mais carentes de nossa cidade.— Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Mas Vossa Excelência não colocou em discussão, havia sido encerrada.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quando Vossa Excelência estava colocando em discussão o requerimento, não foi encerrada a fase de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende e concede a palavra para discutir.

Não pode ser adiada a discussão; se a intenção de Vossa Excelência é esta, porque ele está com discussão encerrada em 19/4/83.

O SR. LUIZ EDMAR COSTA — Isto não foi dito antes, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra para discutir o requerimento.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para discutir) — Muito obrigado, Excelência. Mas, não foi avisado antes ao Plenário de que já havia sido encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Quero informar a Vossa Excelência que na ata dos trabalhos de hoje, se Vossa Excelência prestou atenção, constam os requerimentos que estão com discussão adiada e encerrada. Por isto, a Presidência colocou...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Muito obrigado, Excelência.

Sr. Presidente, nobres colegas, a sugestão feita pelo nobre Deputado Erondy Silvério pegou quase todos os Deputados de surpresa, porque trata-se de uma entidade que se refere aos "Amigos da Garagem do Carioca", ou coisa que o valha, ninguém conhece a entidade. Nós gostaríamos que o Deputado Erondy Silvério tivesse a oportunidade, de no plenário, justificar a sua iniciativa. Quem sabe, toda a nossa bancada vai votar a favor. Mas primeiro, queremos conhecer esta entidade e principalmente qual o trabalho comunitário por ela realizado. Este é o nosso ponto de vista, Sr. Presidente, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu solicitaria verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrada a discussão. Em votação. Esta Presidência irá proceder a verificação de votação, se é isto que Vossa Excelência requer.

(É procedida a verificação de votação).

20 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para deliberação, somente para o prosseguimento da sessão.

O SR. ODENI MONGRUEL — (Pela ordem) — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência defere.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados. (Faz a 2a. chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Responderam à chamada trinta Srs. Deputados.

Há "quorum" para deliberações. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério que requer a consignação de voto de congratulações.— Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) -- Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- A Presidência atende e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 15 Srs. Deputados o rejeitam; 8 o aprovam. Não há "quorum" para deliberações, somente para prosseguimento da

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção e instalação de um Centro de Saúde, e juntamente a nomeação de um médico para o referido posto, no novo Município de Santa Terezinha de Itaipu.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção e instalação de uma Delegacia de Polícia, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.— Encerrada a discussão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em plenário, do Sr. Vereador César de Abreu, de Guarapuava.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o Artigo 89, parágrafo 1.º do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.